



EDUCAÇÃO COOPERATIVA: APONTAMENTOS INICIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Cinara Neumann Alves¹

Deivid Ilecki Forgiarin²

Resumo

Este trabalho caracteriza-se como um breve ensaio acadêmico. Busca lançar novos a partir da educação cooperativa considerando-a aliada na promoção do desenvolvimento regional. A abordagem de desenvolvimento regional apresentada estimula a formação de agentes e organizações que são protagonistas do processo de desenvolvimento, sendo agentes de transformação. A educação cooperativa apresenta concepção semelhante já que a partir dos valores e princípios do cooperativismo busca formar o agente cooperativista. A partir da pesquisa bibliográfica e análise qualitativa foi possível indicar a possibilidade teórica e metodológica que a educação cooperativa apresenta aos estudos de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Cooperativismo; Educação Cooperativa; Desenvolvimento Regional.

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional. Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo – ESCOOP.

² Doutor em Administração. Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo – ESCOOP.



1 Introdução

A educação cooperativa constitui um conjunto de elementos que visam formar o cooperativista. Ou seja, “transformar o perfil do associado desinformado, desestimulado, desinteressado, não participativo, individualista, competitivo, para um perfil de associado bem-informado, solidário, motivado e participativo”. (SCHNEIDER, 2019, p. 226). Pensada em duas dimensões, a educação e a formação, destina-se a três públicos: o cooperado; o colaborador e dirigente (que em geral também é cooperado); e o público em geral (DRIMER; DRIMER, 1981; SCHNEIDER; HENDGES; SILVA, 2010). E pode ser promovida pelo sistema cooperativista, órgãos públicos e da sociedade civil e outros agentes.

O desenvolvimento regional é apresentado neste trabalho como uma abordagem teórico metodológica para pensar uma determinada região. Parte-se da noção de território vivido, constituído e formado pelos agentes que nele vivem e da região definida pelo uso deste território (SANTOS, 2002; CORRÊA, 1997). Considera-se que esta abordagem busca um desenvolvimento onde os agentes que vivem no território são protagonistas do processo de construção das organizações e por consequência, do desenvolvimento (ETGES; DEGRANDI, 2013; BORBA; SIEDENBERG, 2010).

O cooperativismo enquanto teoria em geral não é aprofundado pelas pesquisas e estudos do desenvolvimento regional. As cooperativas por sua vez são dispostas como objeto de estudo, mas não são investigadas a partir da sua concepção teórica. É nesta lacuna que se busca propor uma análise. A partir dos pressupostos antes apresentados, este ensaio objetiva aproximar a concepção do cooperativismo como um paradigma aliado do desenvolvimento regional por meio da educação cooperativa.

O trabalho constitui-se por um breve ensaio acadêmico que utilizou de pesquisa bibliográfica para realização. A análise se deu de forma qualitativa e interpretativa. É possível indicar alguns novos olhares sobre a educação cooperativa como uma aliada no processo de promoção do desenvolvimento regional no sentido de que o seu objetivo é promover os valores e princípios do cooperativismo, formando um sujeito consciente do seu papel na sociedade, um agente protagonista.

Desta forma o texto está organizado da seguinte forma: descrição dos procedimentos metodológicos; concepções teóricas sobre educação cooperativa, públicos e objetivos; agentes promotores da educação cooperativa e paradigma inerente a essa educação. Em seguida apresentam-se alguns pressupostos sobre o cooperativismo e o desenvolvimento regional e por fim as considerações finais e referências utilizadas.



2 Procedimentos Metodológicos

Por meio de um ensaio acadêmico, revisitando a literatura existente, pretende-se apresentar um novo olhar sobre a educação cooperativa como uma possibilidade de pesquisa e promoção do desenvolvimento regional. Trata-se de uma abordagem original do tema, geralmente desenvolvido no contexto das áreas de administração e/ou educação, pretende-se aqui propor a sua incorporação ao desenvolvimento regional. O ensaio acadêmico pretende expor uma nova ideia ou visão acerca de um determinado tema e/ou objeto (MICHEL, 2015).

Esta proposta não trata de discutir o estado da arte, mas é uma proposta que busca analisar com criticidade a posição de outros autores e apresenta uma nova perspectiva sobre um tema (ROTHER, 2007).

Para atingir o objetivo proposto, se utilizou da pesquisa bibliográfica pois foram utilizados documentos, publicações, artigos, livros e demais materiais escritos e materiais de comunicação oral que são de domínio público, de amplo acesso. Este tipo de pesquisa busca “colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas”. (MARCONI; LAKATOS, 2018, p. s/p).

A análise da pesquisa buscou fazer o processo de reflexão inerente a uma pesquisa bibliográfica, sendo qualitativa e relacionando as proposições teóricas e apresentando uma nova abordagem do tema.

3 Conceitos e objetivos da educação cooperativa

“Dois e meio por cento dos lucros fica depois dos descontos acima, devem empregarem-se em fins de educação geral” (HOLYOAKE, 2014). Esta foi uma das bases para o funcionamento da Cooperativa de Rochdale, conhecida como a primeira cooperativa dos tempos modernos. Em meio a pobreza das massas trabalhadoras, pensar a educação dos operários que participariam do movimento cooperativo era revolucionário. Pensar a educação dos sócios foi um dos diferenciais para a perpetuação da cooperativa daquela cooperativa. A cooperativa dependia do engajamento dos associados para com ela, para que esta cumprisse seu objetivo de melhorar as condições de vida dos associados.

Posteriormente, o movimento cooperativista, por meio da Aliança Cooperativa Internacional incorpora, este, entre outros princípios adotados pelos rochdaleano como os princípios do cooperativismo. Ou seja, o conjunto de diretrizes que orientariam as ações das



cooperativas no mundo a partir de 1895. O princípio que se refere a educação intitula-se “Educação, Formação e Informação” e contempla os agentes internos (cooperados e empregados) e externos (comunidade em geral) da cooperativa, com o seguinte conceito:

Las cooperativas ofrecen educación y formación a sus miembros, representantes elegidos, directores y empleados, de forma que puedan contribuir de forma efectiva al desarrollo de sus cooperativas. Informan al público general - particularmente a los jóvenes y a los líderes de opinión - sobre la naturaleza y los beneficios de la cooperación (ACI, 2021, p. s/p).

A educação é um processo coletivo. A partir das trocas das experiências e saberes individuais é que a sociedade se constitui e se reconstitui através dos tempos. A sociedade, como ambiente do processo de educação é composto por diversos cosmos, cada qual com sua dinâmica de funcionamento reflete na formação dos indivíduos. “O conhecimento é produto da capacidade de pensar e viver o mundo, de atribuir significados à realidade, é gerado no esforço por entender e fazer a vida”. (FRANTZ; SCHÖNARDIE, 2016, p. 26).

Existem duas dimensões do processo de educação cooperativa, a educação e a formação (SCHNEIDER, 2019). O processo de formação implica em pensar o desenvolvimento das pessoas de forma individual e profissional, com vistas a aperfeiçoar suas capacidades técnicas e analíticas para desempenhar suas funções profissionais. Nesse sentido, a formação e a “capacitação cooperativa podem ser entendidas como o conjunto das técnicas e dos ensinamentos destinados às pessoas com o intuito de que desempenhem com maior eficiência e qualidade o seu trabalho” (SCHNEIDER; HENDGES; SILVA, 2010, p. 31). Essa formação orientada para o trabalho tem na sua estrutura a capacidade de promover algumas habilidades, como competência técnica, reflexão crítica e participação, a partir da cooperação, nos planejamentos e decisões profissionais, econômicas e sociais, indo além do aspecto técnico da formação (SÁ, 2010).

A dimensão da educação cooperativa dá conta de uma base de conceitos e aspectos vinculados ao paradigma proposto pelo cooperativismo, seus valores e princípios. São

[...] um conjunto de ensinamentos que não só proporcionam maior aporte cultural aos envolvidos, mas trabalham valores, princípios e normas, e, neste caso, os do cooperativismo, ou seja, uma educação voltada ao desenvolvimento da pessoa humana, plenamente consciente do seu papel e de sua responsabilidade na cooperativa e conseqüentemente na sociedade, uma pessoa solidária e altruísta, comprometida por laços de reconhecimento com sua comunidade. (SCHNEIDER; HENDGES; SILVA, 2010, p. 31).



Nesse sentido, a educação em uma organização cooperativa assume papel estrutural para o desenvolvimento do movimento cooperativista. O cooperativismo é um movimento que surge em um contexto de luta, na emergência de uma classe trabalhadora que luta pelas próprias condições de vida, mas que também se torna consciente da sua própria condição de classe. A cooperativa, sendo uma sociedade de pessoas e não de capital tem na educação a base para a formação de pessoas que estarão comprometidas com a organização e com a visão de mundo que ela representa em determinado momento social e histórico.

Na Europa do século XIX, a educação cooperativa tinha a missão de informar aqueles trabalhadores não apenas sobre o cooperativismo e formá-los para a cooperação, mas também tinha o papel de pensar a classe operária como protagonista do seu processo de desenvolvimento. Para tal, além dos investimentos em educação para o cooperativismo, era importante o investimento na educação popular dos associados. Isso significava alfabetizá-los quando necessário, disponibilizar informação por meio de biblioteca e ensinar-lhes ofícios a fim de que não ficassem sem meios de garantir seus provimentos em caso de desemprego (HOLYOAKE, 2014; WILSON; SHAW, 2016).

A educação cooperativa tem a função de promover entre os associados de cooperativas a cultura da cooperação, a fim de que esses sujeitos sejam comprometidos com a cooperativa, pois tem um papel protagonista na administração dela, são eleitores e eleitos para cargos de gestão, fiscalizadores e fiscalizados pelos seus iguais, e para exercer estes direitos democráticos precisam de um suporte de informação, capacitação e formação para o exercício da cooperação e compreensão do cooperativismo (DRIMER; DRIMER, 1981). Também é um dos principais meios de superar o desconhecimento sobre o cooperativismo e a finalidade das cooperativas (DRIMER; DRIMER, 1981).

Assim, é necessário formar cooperativistas antes de criar cooperativas. Também é inerente, para as cooperativas, que o processo de educação necessita ser contínuo. Além destas finalidades, a educação cooperativa reflete em um sujeito mais consciente de seu próprio papel de agente político e social, pois os princípios e normas que regem as cooperativas, também desenvolvem características individuais desses sujeitos (DRIMER; DRIMER, 1981).

3.1 Educação Cooperativa: públicos e objetivos

Para quem essa educação destina-se também é objeto de análise e discussão entre acadêmicos e teóricos do cooperativismo. Em uma análise preliminar e ampla, a educação cooperativa, deve contemplar dirigentes eleitos e executivos contratados para administrar as



cooperativas, cooperados, funcionários e população em geral na qualidade de membros da comunidade e potenciais cooperados (DRIMER; DRIMER, 1981; SCHNEIDER, 2003). Partindo de um pressuposto geral da educação cooperativa com propósitos de difundir a filosofia cooperativista, os princípios, vantagens e desvantagens, operacionalização de uma organização cooperativa bem como promover a cultura da cooperação, há alguns pormenores em cada público atendido neste processo.

Para o cooperado, ou associado, a educação cooperativa tem a função de fomentar a solidariedade e responsabilidade e instruí-lo para sua participação no dia a dia da cooperativa. Além de prepará-lo para participar de uma organização que não é apenas econômica, mas também social, com uma função na sociedade em que está inserida (DRIMER; DRIMER, 1981). Também tem o papel de capacitar o cooperado para o exercício pleno da democracia, de forma que a cooperativa possa cumprir com o 2º princípio “Gestão democrática pelos associados”³. O exercício da democracia neste sentido vai além da eleição de dirigentes, chamada de democracia eletiva. É necessário que a participação seja permanente, no dia a dia da cooperativa, expressando-se pelo processo participativo, criando espaços de participação desde a base até a cúpula, uma democracia fiscalizadora (SCHNEIDER, 1991; 1994).

Outro aspecto importante para a educação cooperativa voltada ao cooperado é a concepção de que a cooperativa é uma organização feita pelo cooperado para o cooperado, é sua. Portanto sua admissão não deve ser baseada apenas em uma lógica comercial, de uso de serviços, mas sim na lógica da integração dessa cooperativa na sua vida familiar e social e na integração com outras cooperativas. Cada cooperado que almeje exercer cargos de liderança e administração da cooperativa o deve fazer ciente da necessidade de sua própria capacitação para tal, a fim de prestar o melhor serviço à cooperativa (SCHNEIDER, 2003). Assim, o processo de educação para a cooperação do associado é de suma importância para ele, para a cooperativa e para a comunidade/localidade/região onde ela está inserida. Essa educação faz parte de uma proposta de gestão, pois quanto mais democrática em sua essência essa cooperativa for, mais sustentável ela será, sendo ela e seus agentes protagonistas do desenvolvimento por meio da participação social, política e econômica. Nesse sentido, no processo de educação cooperativa para a cultura da cooperação está intrínseca a promoção da eficiência da cooperativa enquanto uma organização com uma

³ *Las cooperativas son organizaciones democráticas controladas por sus miembros, que participan activamente en el establecimiento de sus políticas y en la toma de decisiones. Todo hombre y mujer que desempeña la función de representantes seleccionados son responsables ante los miembros. En las cooperativas primarias los miembros tienen el mismo derecho a voto (un miembro, un voto) mientras que en otros niveles de cooperativas también se organizan de manera democrática (ACI, 2021).*



finalidade econômica, um instrumento empresarial (FRANTZ; SCHONARDIE; SCHNEIDER, 2017).

Quanto à educação cooperativa para os dirigentes e administradores da cooperativa, ela tem a finalidade de proporcionar os conhecimentos necessários para o exercício de suas atividades e sua aprendizagem contínua. Também é da competência dos líderes da cooperativa o estudo e difusão dos princípios doutrinários do cooperativismo, bem como seguir os planejamentos da cooperativa convergindo-os com os valores cooperativistas. Em algumas práticas pode haver uma divisão no aspecto educativo desses agentes, cabendo ao dirigente eleito uma formação mais universal do cooperativismo, ligada a formação. E ao administrador destina-se uma formação mais técnica, ligada a capacitação cooperativa, sem descuidar da doutrina, elemento base para pensar a estratégia organizacional da cooperativa (DRIMER; DRIMER, 1981; SCHNEIDER, 2003).

Ao colaborador da cooperativa, que pode ou não ser um cooperado, a educação cooperativa tem a missão de informar sobre o cooperativismo enquanto movimento, como funciona uma cooperativa, qual a natureza da organização em que trabalha. Instruir os mesmos sobre a doutrina e os princípios do cooperativismo, para que eles também sejam multiplicadores destes conhecimentos (DRIMER; DRIMER, 1981). A cooperativa sendo também uma organização empresarial, com uma finalidade econômica precisa “promover cursos específicos para administradores e funcionários sobre a contabilidade, a economia, a administração cooperativa” (SCHNEIDER, 2003, p. 40).

À população, a educação cooperativa cumpre um papel informativo que pode refletir no desenvolvimento da região, já que se trata de informar sobre os aspectos finalísticos da organização cooperativa e suas implicações no território. Essa educação pode ocorrer através da educação formal (primária e secundária) nas escolas, onde pode objetivar informar sobre o modelo cooperativo de organização aos estudantes e contribuir para a formação de novas lideranças cooperativistas (WILSON, 2013). Mostrando o impacto das cooperativas no processo de desenvolvimento das regiões e na melhoria das condições de vida das pessoas almeja-se promover o cooperativismo entre os indivíduos mais jovens ainda durante o seu processo de construção de identidade.

A cooperação insere-se no cotidiano dos indivíduos como um paradigma possível, para além da competição. De forma que um espírito cooperativo começa a fazer parte das tomadas de decisões e pensamentos críticos, que em um segundo momento da vida destes agentes, será de vital importância na vida em sociedade.



3.2 Promotores da educação cooperativa

Delimitado o público da educação cooperativa, ou seja, “para quem” é realizada, é importante que se pense “quem” a realiza, ou seja, quem são seus promotores. Em um primeiro momento a resposta pode limitar-se a todo público-alvo da educação cooperativa, em um processo de retroalimentação. Mas para além deste processo, algumas instituições, públicas e privadas também são promotoras da educação cooperativa (DRIMER; DRIMER, 1981).

A primeira instituição, ou grupo de instituições que podem ser referenciadas como promotores da educação cooperativa é o Sistema Cooperativista, composto por cooperativas singulares, centrais cooperativas, federações ou alianças. Estas organizações devem destinar recursos e esforços para a promoção da educação cooperativa em seus diversos níveis (DRIMER; DRIMER, 1981). Cada instituição deste grupo é independente quanto a forma de realização destes princípios, estando sujeitos a legislações e programas próprios de cada país e cada cultura. Em geral há programas que se destinam a esta finalidade em todos os países. No Brasil, dadas as características históricas de formação das cooperativas e do sistema cooperativista, há uma conexão legal que define algumas áreas de atuação destas instituições.

Com a promulgação da Lei nº. 5.764/71 foi instituído o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), “destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício” (BRASIL, 1971). Os recursos do FATES podem ser aplicados pelas cooperativas de forma individual ou mediante parcerias com empresas públicas ou privadas. No Brasil, além do FATES, o SESCOOP é um singular agente de promoção da educação cooperativa, sendo criado para tal finalidade. O segundo grupo promotor da educação cooperativa são os próprios governos que por meio do incentivo ao cooperativismo buscam promover o desenvolvimento econômico e social da população. Esse processo pode ocorrer por vias institucionais, programas governamentais e por meios legais, como a criação de leis, decretos, emendas e regulamentações que de alguma forma fomentem o cooperativismo. Sindicatos e outros grupos profissionais que buscam fomentar as atividades cooperativas com vistas a melhorar as condições de vida de seus membros. A Aliança Cooperativa Internacional e outras associações internacionais de cooperativas são entidades construídas para a difusão e fortalecimento do cooperativismo. Outros organismos de caráter internacional, como Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) também



são entidades difusoras e promotoras da educação cooperativa. A exemplo dessas atividades, a ONU lançou 2012 como o ano internacional das cooperativas (ONU BRASIL, 2011).

E por último a iniciativa individual e de instituições que partilham dos propósitos defendidos pelo cooperativismo e adotados pelas cooperativas em seu desenvolvimento organizacional tem um caráter singular na promoção das cooperativas (DRIMER; DRIMER, 1981).

3.3 O paradigma que compõe a educação cooperativa

Quanto ao conteúdo da educação cooperativa, talvez a primeira base a ser discutida como ponto de partida é a necessidade de se pensar o processo como singular a cada região/organização. Partindo do pressuposto de que cooperativas são organizações formadas por pessoas para as pessoas, que estão inseridas em uma região que passou por um processo de regionalização, que possui características territoriais muito próprias, com culturas próprias, determinadas potencialidades e fraquezas, pensar a educação cooperativa implica também pensar a compreensão do processo de desenvolvimento regional. Neste ponto, a educação cooperativa converge com as próprias estratégias de promoção do desenvolvimento regional utilizadas e pensadas pelas regiões. O quadro abaixo apresenta uma síntese dos aspectos teóricos e filosóficos que compõem a educação cooperativa.

Quadro 1: Aspectos teóricos e filosóficos que compõem a educação cooperativa

Valores ou padrões a serem mudados	Valores ou padrões a serem criados
<i>O excessivo individualismo.</i>	<i>Solidariedade e altruísmo.</i>
<i>O predomínio da competição.</i>	<i>O predomínio da cooperação.</i>
<i>A hegemonia do capital em termos de apropriação dos excedentes e das decisões.</i>	<i>A hegemonia do trabalho quanto à apropriação dos excedentes e das decisões.</i>
<i>A atitude paternalista.</i>	<i>Responsabilidade e autodeterminação.</i>
<i>A injustiça e a discriminação.</i>	<i>A justiça e a igualdade nas oportunidades e nos resultados.</i>
<i>A improvisação, o imediatismo.</i>	<i>O planejamento, a previsão.</i>
<i>A opressão e a exploração.</i>	<i>A liberdade e a participação.</i>
<i>A estagnação e a estabilidade.</i>	<i>O dinamismo e a criatividade permanentes.</i>
<i>A fatalidade e a resignação.</i>	<i>Capacidade de enfrentar as situações com protagonismo.</i>
<i>Agressão ao meio ambiente e uso abusivo da natureza.</i>	<i>O respeito ao meio ambiente e à melhor qualidade de vida.</i>

Fonte: Schneider; Hendges; Silva (2010, p. 36)



É possível analisar que a proposta de uma educação cooperativa com base nos princípios e valores do cooperativismo busca promover acima de tudo um protagonismo dos agentes no processo de desenvolvimento individual e coletivo. Desta forma, a partir de um processo de educação cooperativa é possível pensar na formação e capacitação cooperativa, onde as ferramentas e aspectos técnicos do desenvolvimento profissional estão a serviço da estratégia de desenvolvimento da cooperativa (SCHNEIDER; HENDGES; SILVA, 2010; WILSON, 2013). A educação cooperativa tem a missão de ser audaz, utilizando-se de todos os recursos tecnológicos disponíveis, unindo-se a outros agentes como universidades “para encorajar a investigação, e utilizando a educação para difundir os resultados das investigações a fim de informar os decisores, os membros e o público em geral” (WILSON; SHAW, 2016, p. 2). A educação cooperativa também desse estar sempre em movimento, adaptando-se as mudanças sociais e tecnológicas convergindo seus valores e princípios com as novas configurações sociais, de forma que se perpetue como base para a cooperação.

Estes são os pressupostos teóricos e filosóficos da educação cooperativa enquanto componente do 5º princípio do cooperativismo. A educação cooperativa possui diversas faces, níveis, agentes e complexidades. A criação do SESCOOP em 1998 abriu novas possibilidades para a promoção da educação cooperativa no Brasil, desde recursos disponíveis para as cooperativas, a fim de que estas desenvolvam seus programas de educação cooperativa, até a possibilidade de promoção própria do sistema, seja na educação para a cooperação, seja na formação profissional.

A possibilidade de formação e educação cooperativa integrada no ensino formal (escolar e universitário) tem possibilitado novas configurações para esta educação. O cooperativismo como paradigma teórico é pouco estudado em pesquisas de uma forma geral, o que resulta em um estudo das organizações cooperativas que parte do paradigma capitalista, alçando a cooperativa como objeto de pesquisa a partir de teorias que contradizem sua natureza teórica (ALVES, 2019; FORGIARINI, 2019). Nesse sentido, a educação cooperativa, seguida do estudo sobre o cooperativismo como paradigma teórico pode ser apropriada e desenvolvida por e para além do sistema cooperativista e dos cursos que buscam qualificar a gestão dessas organizações. A concepção do cooperativismo apresenta-se próxima às concepções de desenvolvimento regional, indicando assim novas possibilidades de pesquisa e ensino para a promoção do desenvolvimento.



4 Cooperativismo e desenvolvimento regional

O cooperativismo trata de um paradigma teórico que defende a organização da sociedade em cooperativas, que tem como método de trabalho a cooperação. Trata de colocar as pessoas à frente do capital, objetivando o bem comum, a melhoria da qualidade de vida das pessoas (SCHNEIDER, 2019). A construção do cooperativismo como uma teoria insere-se no contexto de desenvolvimento do capitalismo e das primeiras ideias socialistas, a partir do momento mais intenso da Revolução Industrial (BERNSTEIN, 1997; HOBBSAWM, 2000; HOLYOAKE, 2014; HUGON, 1995; MARX, 2008; MARX; ENGELS, 2002; MLADENATZ, 2003; NAMORADO, 2013; OWEN, s/a; PETITFILS, 1985).

É possível sintetizar a tese defendida pelo cooperativismo a partir dos seus valores e dos seus princípios. Como uma proposta de sistema econômico (HUGON, 1995) baseia-se em valores, que orientam as bases de suas propostas e em princípios, que buscam orientar as ações das organizações econômicas deste sistema. São valores do cooperativismo a autoajuda; autorresponsabilidade; democracia; igualdade; equidade e a solidariedade (ACI, 2021). Esses valores são evidenciados nos Sete Princípios do Cooperativismo (MLADENATZ, 2003; SCHNEIDER, 2019).

A declaração da identidade cooperativa é composta pelos valores e princípios do cooperativismo e pela concepção de cooperativa, qual seja “uma associação autônoma de pessoas que se agrupam voluntariamente para satisfazer suas necessidade e aspirações comuns de caráter econômico, social e cultural mediante uma empresa de propriedade conjunta e gerenciada democraticamente”. (ACI, 2015, p. 1). Já os princípios são: 1) Adesão Voluntária e Livre; 2) Gestão Democrática pelos Associados; 3) Participação Econômica dos Associados; 4) Autonomia e Independência; 5) Educação, Formação e Informação; 6) Intercooperação; e 7) Compromisso com a Comunidade (ACI, 2021; 2015).

Em síntese, a identidade cooperativa prima pela promoção de organizações que sejam autônomas, livres, que busquem atender necessidades reais das pessoas e prima pela formação de uma sociedade cooperativa, onde os valores supracitados pautem as relações sociais promovendo uma comunidade desenvolvida.

Considerando as observações acerca do cooperativismo, o desenvolvimento por sua vez, pode ser colocado como o “conceito de mais larga difusão e utilização em todos os setores de atividades”. (RIEDL, 2017, p. 97). E, desde meados do século XX conta com diversos adjetivos e caracterizações.

Contudo, o desenvolvimento regional, enquanto campo de pesquisa e ação busca trazer uma concepção distinta de “desenvolvimento” transpassando limites e assentando o



debate sobre as desigualdades nos e dos territórios e não se limita apenas ao econômico, incluindo relações de poder, questões metodológicas e outras. (THEIS, 2019).

Essa dinâmica repete-se no território nacional apresentando um campo inacabado, construindo-se e dialogando com diversos outros campos. Essa dinâmica está conectada ao processo de superação das desigualdades socioespaciais, por meio de políticas públicas, incluindo o debate de endogenia, incentivo de políticas territoriais com dinâmicas sociais e econômicas existentes nos territórios. (SILVEIRA, 2020). A construção da região, a partir de uma ideia de desenvolvimento regional busca transformar uma sociedade pouco participativa e pouco consciente do seu protagonismo em uma sociedade potencializada, protagonista e consciente da sua própria identidade (ETGES; DEGRANDI, 2013).

A compreensão do território e da região constitui um pilar essencial à concepção de desenvolvimento regional. O território é construído pelas pessoas, que o conferem uma identidade. O território é vivido, pelas pessoas, pelas organizações instaladas, pelas formas de interação social e econômica, transcende a sua forma física. O território é uma construção social (FLORES, 2006; RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 2002; SILVEIRA, 2017). Por sua vez, uma região é definida pelo uso que se faz do território. O uso do território é determinado pelos interesses econômicos, sociais, políticos e culturais, definindo assim uma região (CORRÊA, 1997).

Nesse sentido, é fundamental o autoconhecimento da região, a identificação das necessidades e potencialidades e buscar a coesão social, com foco nos propósitos comuns das pessoas que estão na região. Esse processo passa pela criação de formas de representação da população, da participação em diversas instâncias que permitam a criação de novas formas de gestão e planejamento do território (ETGES; DEGRANDI, 2013).

Essa percepção vai ao encontro do que Borba e Siedenberg (2010, p. 344) dispõem, que o desenvolvimento “se dá a partir de uma mudança da capacidade individual, decorrente de um mecanismo de aferição e adaptação, ou seja, uma transformação de habilidades individuais pré-existentes e uma adaptação de habilidade às necessidades postas”. Assim, os protagonistas dos processos de desenvolvimento deveriam ser as pessoas e o objetivo deveria ser proporcionar uma melhor qualidade de vida.

5 Considerações Finais

O cooperativismo, quando adequadamente compreendido a partir dos seus valores, que cria a identidade cooperativa que se manifesta na cooperativa pelos princípios do cooperativismo, tem o foco no agente, na pessoa, no cooperado. O agente é o protagonista



da sua história e do seu desenvolvimento. Não é uma organização alheia a ele, uma outra organização econômica, ou o Estado, ou a Igreja, é a pessoa, ela constrói o seu desenvolvimento e o pode fazê-lo melhor em cooperação com outras pessoas. Contudo o protagonismo é do cooperado, as organizações são auxiliares para que este cooperado gere o desenvolvimento no e do território.

Este agente cooperativista tem raízes na sua região. Ele vive e trabalha na região. Este ponto conecta o cooperativismo e o desenvolvimento regional. Uma empresa mercantil ao perceber que o território na qual está multiplicando o seu capital não atende mais os seus interesses, por uma racionalidade econômico-capitalista irá buscar um local que lhe atenda melhor. Não há de se entender como generalizações, muitas empresas contribuem para os desenvolvimentos das regiões. Contudo há de se compreender elementos fundantes de cada tipo de organização. A empresa mercantil tem como objetivo primário multiplicar o capital investido nela e a cooperativa tem como objetivo primário desenvolver o cooperado e a comunidade da qual ele faz parte.

Um cenário onde os cooperados seguissem os mesmos passos de uma empresa mercantil é pouco provável. Seria difícil ver dezenas, centenas ou milhares de cooperados vendendo as suas terras, bens materiais e outros, para buscar uma nova região na qual o governo oferecesse incentivos fiscais e a mão-de-obra fosse mais barata. É difícil visualizar este cenário, pois a racionalidade de um cooperado não tem como primazia o capital e sim a pessoa. Ele vive a região, ele vive o território, há laços de amizades, familiares, históricos e afetivos que se sobrepõem a soberania do capital. Pela lógica do cooperativismo o capital é meio e não o objetivo. Sendo assim o cooperado irá seguir buscando novas formas de fazer a sua casa ser cada vez melhor.

A educação cooperativa apresenta-se então como uma importante aliada no processo de desenvolvimento regional. Não se trata aqui de pensar em estímulos ao desenvolvimento de cooperativas, pauta presente nos planejamentos regionais e políticas públicas, mas sim de formar o cooperativista. De apropriar-se da concepção teórica do cooperativismo como paradigma possível e promotor do desenvolvimento regional. E de apropriar-se da cooperativa como a organização econômica criada e gerida pelos agentes protagonistas do território, que possuem identificação com a região e são capazes de desenvolvê-la a partir das suas próprias potencialidades e escalas de valores.

Pensar o desenvolvimento regional implica pensar em agentes de desenvolvimentos comprometidos com sua região, capazes de criar e promover produtos e serviços com alto valor agregado. Pensar em organizações que sejam originárias do próprio território, pensar em agentes públicos que busquem valorizar e respeitar a região. A educação cooperativa, em



sua dimensão de educação (SCHNEIDER, 2019), busca preparar os agentes para o exercício da cooperação. Tem o propósito de transformar as pessoas em agentes ativos da comunidade, participantes do processo de formação e desenvolvimento das cooperativas. Também preparam esses agentes para a vida em uma sociedade organizada e consciente do seu próprio papel, das suas potencialidades e fragilidades e passíveis de serem protagonistas nas soluções regionais, na vida pública e civil.

A educação em sua dimensão de formação (SCHNEIDER, 2019) possibilita o desenvolvimento dos aspectos administrativos e econômicos das cooperativas. Considera as suas singularidades organizacionais e prepara os agentes para o processo de gestão dessas organizações. Possibilita que as organizações cooperativas se desenvolvam a partir do paradigma cooperativo, contribuindo assim para o desenvolvimento regional.

A proposta deste ensaio foi iniciar um debate acerca da educação cooperativa como um instrumento para o desenvolvimento regional. Lançando-se assim como uma possibilidade de inserção em pesquisas e contribuições teóricas e metodológicas no campo do desenvolvimento regional no Brasil.

Referências

ACI. **Notas de orientación para los principios cooperativos**. Alianza Cooperativa Internacional. [S.l.]. 2015.

ACI. Identidad cooperativa: nuestros principios y valores. **Alianza Cooperativa Internacional**, 2021. Disponível em: <<https://www.ica.coop/es/cooperativas/identidad-alianza-cooperativa-internacional>>. Acesso em: 01 maio 2021.

ALVES, C. N. **O campo do ensino superior em cooperativismo**: uma análise a partir da construção social do ensino superior em cooperativismo no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019. 232 p. Tese.

BERNSTEIN, E. **Socialismo Evolucionário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BORBA, M. F. D.; SIEDENBERG, D. R. Organizações que aprendem: potencializando e compartilhando o desenvolvimento. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento Regional**: abordagens interdisciplinares. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. Cap. XIII, p. 341-364.

BRASIL. Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971. **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos.**, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm>. Acesso em: 25 nov. 2018.

CORRÊA, R. L. **Trajетórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DRIMER, A. K. D.; DRIMER, B. **Las Cooperativas**: Fundamentos, história, doutrina. 3. ed. Buenos Aires: Intercoop, 1981.



ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 85-94, 2013. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3649>>.

FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - uma visão do estado da arte. **Territórios con Identidad Cultural**, Março 2006. Disponível em: <https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Desenvolvimento.pdf>.

FORGIARINI, D. I. **Aprendizagem Interorganizacional em Cooperativas**. Porto Alegre: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019. 205 p. Tese.

FRANTZ, W.; SCHÖNARDIE, P. A. Educação em práticas cooperativas. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 5, n. 2, p. 19-34, Julho-Dezembro 2016.

FRANTZ, W.; SCHONARDIE, P. A.; SCHNEIDER, J. O. As práticas do movimento cooperativo como lugares de educação. **Revista de Didáticas Específicas**, n. 16, p. 14-26, 2017. ISSN 1989:5240.

HOBBSAWM, E. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HOLYOAKE, G. J. **Os 28 Tecelões de Rochdale**. 14. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

HUGON, P. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Atlas, 1995.

MARX, K. **O Capital**. Bauru: Edipro, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MLADENATZ, G. **História das Doutrinas Cooperativistas**. Brasília: Confedbrás, 2003.

NAMORADO, R. **O mistério do cooperativismo**: Da cooperação ao movimento cooperativo. Coimbra: Almedina, 2013.

ONU BRASIL. Agências da ONU lançam Ano Internacional das Cooperativas 2012. **Nações Unidas no Brasil**, 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencias-da-onu-lancam-ano-internacional-das-cooperativas-2012/>>. Acesso em: 18 Dezembro 2018.

OWEN, R. **A New View of Society**. McMaster University. ed. n/c: n/c, s/a.

PETITFILS, J. C. **Os socialismos utópicos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIEDL, M. Desenvolvimento. In: GRIEBELER, M. P. D.; RIEDL, M. **Dicionário de**



Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos. 1. ed. Porto Alegre: Conceito, 2017. p. 97-99.

ROTHER, E. T. Revisão Sistemática X Revisão Narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, junho 2007.

SÁ, J. D. Formación profesional y cooperativa en Portugal. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 7, n. 65, p. 147-171, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SCHNEIDER, J. O. (.); HENDGES, M.; SILVA, A. C. M. D. **Educação e Capacitação Cooperativa**: Os desafios no seu desempenho. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa**. São Leopoldo: Unisinos, 1991.

SCHNEIDER, J. O. A doutrina do cooperativismo nos tempos atuais. **Cadernos CEDOPE**, São Leopoldo, v. 6, n. 12, p. 7-31, 1994.

SCHNEIDER, J. O. Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo. In: SCHNEIDER, J. O. **Educação Cooperativa e suas Práticas**. Brasília: SESCOOP, 2003. p. 13-58.

SCHNEIDER, J. O. **Identidade Cooperativa**: sua história e doutrina. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2019.

SILVEIRA, R. L. L. D. Território. In: GRIEBELER, M. P. D.; RIEDL, M. **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. 1. ed. Porto Alegre: Conceito, 2017. p. 408-410.

SILVEIRA, R. L. L. D. Oito observações para se pensar teórica e metodologicamente o desenvolvimento regional: uma contribuição ao debate. In: SILVEIRA, R. L. L. D.; DEPONTI, C. M.; FELIPPI, C. T. **Reflexões teóricas e metodológicas sobre desenvolvimento regional**. 1. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2020. p. 36-63.

THEIS, I. M. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira? **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 334-360, setembro-dezembro 2019.

WILSON, M. A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e os Princípios Cooperativos. **OCPLP - Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa**, 2013.

Disponível em:

<https://www.portalocplp.org/media/company/1/documentos/PROPOSTA_DE_RECOMENDAO_SOBRE_O_QUINTO_PRINCIPIO_COOPERATIVO.pdf>. Acesso em: 2018 Dezembro 2018.

WILSON, M.; SHAW, L. Notas de orientação para os princípios cooperativos. **CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social**, 2016. Disponível em:

<https://www.cases.pt/wp-content/uploads/Principio_5.texto_final.pdf>. Acesso em: 19 Dezembro 2018.

2021

X Seminário Internacional sobre
Desenvolvimento regional
Atores, Ativos
e Instituições:
O Desenvolvimento
Regional em perspectiva



Dias 15, 16, 17, 23 e 24 de setembro de 2021
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Universidade de Santa Cruz do Sul

**X SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Atores, Ativos e Instituições: O
Desenvolvimento Regional em perspectiva
15, 16, 17, 23 e 24 de setembro de 2021**